

REVISITANDO AS ALTERNATIVAS DE RENDA BÁSICA

Francisco Nóbrega

Professor titular aposentado do ICB-USP e presidente do Conselho Municipal da Renda Básica de Cidadania de Santo Antonio do Pinhal (SP)



A renda básica é um direito de qualquer pessoa que não tenha renda suficiente, qualquer que seja a razão. A crescente eficiência em produção e os grandes avanços na microeletrônica, inteligência artificial e robótica estão causando uma eliminação maciça de postos de trabalho. Pesquisas revelam que o avanço contínuo em produtividade foi acompanhado, nas duas últimas décadas, por uma redução substancial nas oportunidades de trabalho e pela extinção de ocupações

O debate e as manifestações em favor da idéia da renda básica têm ganhado importância e alcance global. No Brasil nos mantemos em alerta devido ao sucesso de políticas de transferência de renda (o Programa Bolsa Família) e também devido à Lei 10.835 de 2004, que permanece letra morta, mas indica que a renda básica incondicional e universal deve ser instaurada no Brasil, “por etapas”. Muitos veem o Bolsa Família como uma dessas etapas. Tenho acompanhado esta ideia há mais de cinco anos, juntamente com outros ativistas, com os quais tentamos criar um projeto piloto numa pequena cidade, Santo Antonio do Pinhal (São Paulo). O projeto foi concebido pelo ex-senador Eduardo Suplicy segundo o modelo do Fundo Permanente do Alasca (EUA).

Um recurso considerável precisa ser acumulado para que os rendimentos sejam suficientes para pagar aos cidadãos a renda básica. O projeto permanece na estaca zero, pois os doadores imaginados entre indivíduos, empresas e governos não apareceram. Ademais, entre os defensores da idéia, muitos não

aceitam o experimento do Alasca como exemplo de renda básica, pois paga um dividendo anual e variável, algo incompatível com um atendimento efetivo daqueles em precariedade econômica.

Este texto é um resumo de minha visão atual sobre como fazer com que essa utopia se transforme numa “protopia”, termo inventado por Kevin Kelly e que designa um “avanço humanitário gradual”, ou seja: uma utopia viável.

O campo da renda básica é diverso e podemos distinguir duas correntes distintas e extremas.

Um grupo vê a renda básica como maneira de aumentar a influência do governo e “eliminar” o trabalho, que enxergam como uma forma de escravidão e imaginam manutenção integral dos serviços sociais e de decisões centralizadas, além do pagamento mensal incondicional e independente de trabalho.

Outro considera a renda básica uma ferramenta para reduzir fortemente a atuação do governo, substituindo vários programas sociais pelo pagamento mensal independente de trabalho.

É dever civilizado prover uma renda mensal a quem não disponha de recursos para atender às suas necessidades básicas. O modelo clássico de renda básica é injusto, porém, ao dar dinheiro também aos que estão bem economicamente

Essas visões extremas revelam uma característica importante da proposta: ela atrai pessoas ao longo de todo o espectro político, algo que certamente deve ajudar sua implementação futura. No Brasil, diria que o grande divulgador da proposta, o ex-senador Eduardo Suplicy, se inclinaria mais para a primeira visão¹, mas não tanto quanto Josué Pereira da Silva, autor de *Por que Renda Básica?*². A visão mais chegada ao neoliberalismo encontra defensores impor-

tantes como Charles Murray³, um libertário americano.

Existe outra coincidência surpreendente em todas as modalidades de renda básica divulgadas por escrito ou em vídeo: a apresentação unânime do que vou denominar “modelo clássico” — a transferência mensal feita para todos: ricos, classe média, pobres e desempregados. Raramente encontro pessoas, entre os defensores da renda básica, que contestem a justiça de beneficiar aqueles que têm recursos e estão empregados. Essa visão, a meu ver, contrasta com o núcleo da proposta que é eliminar a pobreza assim como o resultado mais maligno dos programas de ajuda social: a “armadilha da pobreza” ou armadilha da dependência. Esta reside no fato de punirmos o sucesso econômico, removendo os benefícios, assim que o indivíduo consegue um emprego ou se torna um empreendedor. A armadilha da dependência faz com que o beneficiário tema a perda do benefício e o consequente enfrentamento da competição externa, não se empregando nem empreendendo.

A renda básica é um direito de qualquer pessoa que não tenha renda suficiente, qualquer que seja a razão. A justificativa lógica repousa no fato de a sociedade ter sido incapaz de oferecer a todos oportunidades de emprego no setor público ou privado assim como possibilidades para empreender. A crescente eficiência em produção e os grandes avanços na microeletrônica, inteligência artificial e robótica estão causando uma eliminação maciça de postos de trabalho.

Brynjolfsson e McFee⁴ demonstraram que o avanço contínuo em produtividade foi acompanhado, nas duas últimas décadas, por uma redução substancial nas oportunidades de trabalho. Frey e Osborne⁵ publicaram estudo muito interessante, envolvendo 702 ocupações, calculando aquelas que estão mais ameaçadas de extinção em função das tendências mencionadas. Os autores estimam que os EUA tem cerca de 47% das ocupações estudadas em risco de extinção dentro de uma a duas décadas.

Também devemos considerar que existe uma barreira psicológica importante derivada da noção enraizada que vincula renda ao trabalho. As pessoas terão que superar essa percepção como fizemos no passado recente com a escravidão, a tortura e os direitos de mulheres e minorias, finalmente aceitando a solidariedade no campo econômico. É dever civilizado prover uma renda mensal a todos sem recursos para atender às necessidades básicas. No entanto considero o modelo clássico de renda básica injusto ao distribuir dinheiro também aos que estão bem economicamente. Essa idéia seria aceitável se imaginarmos uma população que esteja iniciando sua vida com o mesmo nível de renda. Neste caso o benefício seria igual para todos. Mas todos os países registram séculos de desigualdade econômica. Na Suíça um de cada treze cidadãos precisa de ajuda do Estado. No Brasil cerca de um quarto da população é pobre e se encontra amparado pelo Bolsa Família. O custo de beneficiar a todos vai representar uma barreira formidável para a aprovação dessa política.

Vale notar o sucesso da experiência feita em Londres, quando foi dada quantia substancial a cada um de 13 moradores de rua crônicos; ou do experimento recente em Utah providenciando casas para indivíduos sem habitação; ou no Quênia e Uganda (GiveDirectly)

O modelo clássico possivelmente nasceu de nosso preconceito relativo à renda sem trabalho. Podemos imaginar que ele veio apaziguar os bem sucedidos, aqueles mais indignados com a idéia de dar dinheiro “à custa de nada”. O modelo clássico talvez pretenda “comprar” a adesão dessa classe fazendo-os também beneficiários. No entanto devemos dar sim “dinheiro por nada”, porque as ricas sociedades de hoje devem assumir a responsabilidade pela deficiência de oportunidades de emprego. Dando dinheiro aos necessitados e deixando-os escolher o que fazer com ele foi demonstrado ser não apenas justo, mas também economicamente eficiente.

Além de experimentos como aquele da Índia⁶, vale notar o sucesso da experiência feita em Londres⁷ quando foi dada uma quantia substancial a cada um de treze moradores de rua crônicos; ou do

experimento recente em Utah⁸ providenciando casas para indivíduos sem habitação. Os resultados excelentes custaram menos do que a cidade gastava para cuidar do problema em ambos casos. Também o sucesso da atuação da GiveDirectly no Quênia e Uganda ressaltam o acerto de focar nos pobres incondicionalmente. Muitos outros são conhecidos, todos demolindo receios.

A rede de proteção social existente em todos os países deve ser usada. A primeira medida entre nós seria remover as condicionalidades ligadas à Bolsa Família e auxílio-desemprego. A burocracia deve analisar as solicitações dos necessitados, famílias e indivíduos sem renda. Após ingressarem no programa, os beneficiários terão bastante tempo (alguns anos) até que a ajuda incondicional seja encerrada. Este longo intervalo vai anular a “armadilha da dependência” ao aumentar significativamente o tempo para que

o beneficiário progrida economicamente. Caso ainda não tenha renda a pessoa ou família poderá solicitar a permanência no programa por mais um período. Portanto quem estiver necessitado ou cair em necessidade econômica será ajudado.

A quantia paga deve ser suficiente para as necessidades básicas da família ou indivíduo. Aqueles que desejarem melhorar de vida irão buscar emprego em tempo parcial ou integral, ou iniciar negócio próprio. A renda básica ou mínima deve ser acompanhada, idealmente, de instalações comunitárias de suporte e educação onde for necessário. Paralelamente, algumas sugestões apresentadas no estudo “Get America Working!”⁹ poderiam ser implementadas no sentido de fazer alterações na estrutura de impostos para reduzir a despesa das empresas com os empregados, o que aumentaria a oferta de postos de trabalho. Ampliação e manutenção de infraestrut

tura também permitem a criação de muitos postos de trabalho. Em termos de viabilidade econômica, esta proposta busca a eliminação da armadilha da dependência ao cortar as condicionalidades oficialmente por alguns anos. O gasto será algo superior ao atual com o programa Bolsa Família pois indivíduos também poderiam se inscrever no programa. A despesa será muito inferior àquela exigida pelo “modelo clássico”, que seria universal. Os valores bastante modestos do Bolsa Família atual devem ser reajustados paulatinamente.

Reduzir a incerteza econômica resultará em muitos benefícios para a sociedade: haverá significativo impacto positivo na saúde mental dos beneficiários ao abater a ansiedade causada pela incerteza; a sociedade estará mais segura; e, mais importante, a armadilha da pobreza seria desativada, liberando a energia criativa de homens e mulheres.

francisco.nobrega@gmail.com

Nota do Autor.

As opiniões aqui exaradas são responsabilidade exclusiva do Autor, não sendo posição oficial do Conselho acima mencionado. Um texto semelhante, em inglês, está sendo submetido à sessão de opiniões do Basic Income Earth Network (BIEN). Agradeço a Marina P. Nóbrega por suas sugestões.

Nota de rodapé

- 1- *Renda de Cidadania*, Eduardo M. Suplicy. Cortez Editora, 2013.
- 2- *Por que Renda Básica?*, Josué Pereira da Silva. Annablume, 2014.
- 3- *In Our Hands - a plan to replace the welfare state*, Charles Murray, The AEI Press, 2006.
- 4- *Race Against the Machine - how the digital revolution is accelerating innovation, driving productivity, and irreversibly transforming employment and the economy*. Erik Brynjolfsson and Andrew McFee, 2011, Digital Frontier Press, Mass, USA.
- 5- *The future of employment: how susceptible are jobs to computerization?*, Carl Benedikt Frey and Michael A. Osborne, 2013, http://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf
- 6- *Basic Income: a Transformative Policy for India*. Sarath Davala, Renana Jhabvala, Soumya Kapoor Mehta, and Guy Standing. New Delhi: Bloomsbury Publishing India, December 2014.
- 7- Sem-teto de Londres: http://www.washingtonpost.com/opinions/free-money-might-be-the-best-way-to-end-poverty/2013/12/29/679c8344-5ec8-11e3-95c2-13623eb2b0e1_story.html
- 8- O experimento de Utah: <http://www.newyorker.com/magazine/2014/09/22/home-free>
- 9- Get America Working!: <http://www.getamericaworking.org>